



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



Centro de Documentação
e Pesquisa em História
Instituto de História

A lente algorítmica: Inteligência Artificial Generativa, viés de gênero e a luta pela pluralidade de narrativas no audiovisual

The algorithmic lens: Generative Artificial Intelligence, gender bias, and the struggle for a plurality of narratives in audiovisual media

Itaassu Ribas Melo ¹

RESUMO

O presente artigo de opinião discute os impactos da Inteligência Artificial Generativa (IAG) na produção audiovisual contemporânea, com foco nas dinâmicas de gênero e representatividade. Partindo da premissa de que a tecnologia não é neutra, sustenta-se que os grandes modelos de linguagem e os geradores de imagem e vídeo tendem a perpetuar estereótipos históricos, masculinizando posições de prestígio e hipersexualizando corpos femininos, em diálogo com a crítica feminista do cinema e dos estudos sociais da tecnologia. Argumenta-se que esse viés decorre de uma arquitetura sociotécnica específica, composta por bases de dados desiguais e equipes de desenvolvimento homogêneas, e propõem-se três caminhos para uma IA inclusiva: a auditoria de viés como autoria assistida, a pluralização ética das bases de dados e a transparência como princípio de uso.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial Generativa. Gênero. Audiovisual. Viés Algorítmico. Crítica Feminista.

ABSTRACT

This opinion piece discusses the impacts of Generative Artificial Intelligence (GAI) on contemporary audiovisual production, focusing on gender dynamics and representation. Starting from the premise that technology is not neutral, it argues that large language models and image and video generators tend to perpetuate historical stereotypes, masculinizing prestigious positions and hypersexualizing female bodies, in dialogue with feminist film criticism and social studies of technology. It argues that this bias stems from a specific socio-technical architecture, composed of unequal databases and homogeneous development teams, and proposes three paths towards inclusive AI: bias auditing as assisted authorship, ethical pluralization of databases, and transparency as a principle of use.

KEYWORDS: Generative Artificial Intelligence. Gender; Audiovisual. Algorithmic Bias. Feminist Critique.

¹ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2025). Engenheiro de Som e Produtor Musical do Marubá Estúdio Produções e Eventos Ltda.

* * *

Introdução: da captura à síntese da realidade

A trajetória histórica do audiovisual tem sido atravessada por inflexões tecnológicas que não apenas transformaram as formas de produção e consumo de imagens, mas reordenaram, em profundidade, os modos pelos quais interpretamos a própria realidade. Da invenção do cinematógrafo à consolidação dos processos digitais, cada avanço técnico instituiu novas gramáticas, novos regimes de visibilidade e novas maneiras de sentir e narrar o mundo. O cenário contemporâneo, porém, impõe um deslocamento de outra natureza. Com a ascensão da Inteligência Artificial Generativa (IAG), o que está em curso não parece ser apenas mais uma etapa de evolução técnica, mas uma ruptura de ordem ontológica: se antes o paradigma dominante estava ancorado na captura — a inscrição da luz e da presença física em suportes técnicos —, agora passamos a operar sob o signo da síntese. A imagem pode emergir de processos computacionais capazes de produzir cenas, vozes e atmosferas sem correspondência direta com um referente material. Muda-se a engrenagem e, com ela, a pergunta de fundo: já não basta indagar “o que foi capturado?”; torna-se indispensável perguntar “o que foi gerado, a partir de quais repertórios e sob quais critérios?”.

Em um intervalo surpreendentemente curto de tempo — que pude acompanhar de perto nas discussões do Observatório Caleidoscópio —, a geração de vídeos fotorrealistas, a criação de vozes sintéticas praticamente indistinguíveis das humanas e a composição de cenários complexos a partir de prompts textuais deixaram o espaço da curiosidade laboratorial para ingressar no cotidiano produtivo como soluções amplamente acessíveis. Ferramentas como Sora, Runway, Midjourney e DALL-E disseminaram capacidades antes restritas a estruturas técnicas e financeiras robustas. Há, nesse movimento, um componente inegavelmente democratizante, que seria simplista — e até intelectualmente desonesto — ignorar. Ao mesmo tempo, a

abertura de possibilidades veio acompanhada da abertura de uma verdadeira “caixa de Pandora” ética, estética e representativa.

É nesse ponto que se localiza a opinião que este artigo defende. Não se trata de negar o avanço tecnológico, tampouco de adotar postura nostálgica diante das transformações em curso. O desafio é interrogar a direção desse avanço a partir de uma pergunta central: quem programa a imaginação da máquina? Sistemas de IAG não produzem conteúdos a partir do vazio; eles aprendem com bases de dados historicamente constituídas, atravessadas por assimetrias sociais, disputas de poder e padrões de representação sedimentados ao longo do tempo. Se esse passado coletivo é marcado pelo patriarcado e por múltiplas formas de desigualdade, o futuro automatizado pode funcionar como uma espécie de espelho turbinado, reproduzindo em alta definição aquilo que a crítica feminista vem tentando desconstruir há décadas. Minha tese, em síntese, é dupla: primeiro, a IAG tende, em seu estado atual, a reproduzir e amplificar estereótipos de gênero no audiovisual, operando como uma nova tecnologia de produção do feminino e do masculino; segundo, esse destino não é inevitável — a tecnologia permanece um campo em disputa, e há caminhos concretos para torná-la inclusiva.

Para sustentar essa posição, o texto desvela as camadas de invisibilidade que operam no interior dos algoritmos e dos circuitos sociotécnicos que os sustentam — da composição dos bancos de dados aos critérios de treinamento, dos repertórios culturais privilegiados aos resultados visuais e narrativos que chegam ao público. Discute-se como a representação audiovisual, tanto pelo eixo do “quem aparece” quanto pelo do “quem narra”, vem sendo reconfigurada pela IAG, revelando a persistência — e, em alguns casos, a intensificação — de estereótipos que movimentos sociais e pesquisas acadêmicas enfrentam há décadas (NOBLE, 2018; O’NEIL, 2016). Mais do que enumerar falhas ou denunciar distorções, busca-se uma crítica propositiva, capaz de tensionar o presente sem abrir mão da imaginação política sobre o futuro.

1 A arquitetura do viés: como a máquina aprende o preconceito

Para compreender de maneira consistente os mecanismos de exclusão de gênero no campo da Inteligência Artificial, é indispensável começar por aquilo que sustenta essas tecnologias em seu nível mais elementar: os dados. As inteligências generativas não “criam” nos termos da experiência humana, isto é, não operam a partir de intuição, memória afetiva ou elaboração subjetiva. Seu funcionamento está ancorado em modelos probabilísticos de previsão de padrões, construídos a partir de trilhões de exemplos coletados em ambientes digitais. A máquina não imagina como um sujeito; ela calcula recorrências, associações e continuidades estatísticas. E é justamente aí que mora o problema: quando os padrões do passado já carregam desigualdades, a previsão do futuro tende a reproduzi-las com aparência de neutralidade técnica.

Os modelos de linguagem e de geração de imagens são treinados em datasets massivos, como o Common Crawl ou o LAION-5B. À primeira vista, a escala desses repositórios pode sugerir abrangência, diversidade e representatividade. No entanto, quantidade não é sinônimo de equilíbrio. Bender et al. (2021), em artigo seminal sobre os riscos dos grandes modelos de linguagem, alertam precisamente para isso: bases gigantescas extraídas da internet tendem a codificar visões hegemônicas, e o tamanho do dataset não garante — ao contrário, pode mascarar — a ausência de diversidade. Kate Crawford (2021) complementa o diagnóstico ao mostrar que a coleta massiva de dados é, ela própria, uma operação de poder, que decide o que conta como informação e o que é descartado.

A internet, longe de ser um espaço neutro, funciona como uma espécie de arquivo social desordenado — e profundamente desigual. Se grande parte da literatura, da produção cinematográfica e dos registros históricos digitalizados foi produzida por homens, ou organizada em torno de figuras masculinas ocidentais, essa desproporção passa a ser assimilada pelos sistemas como parâmetro recorrente. Em termos estatísticos, o que é historicamente dominante tende a ser interpretado como “normal”; o que é

minorado ou invisibilizado aparece como exceção, ruído ou desvio. Safiya Noble (2018) nomeou esse fenômeno, no contexto dos mecanismos de busca, de “algoritmos de opressão”: sistemas que, sob aparência de objetividade matemática, reiteram hierarquias de gênero e de raça.

A metáfora do espelho precisa, portanto, ser qualificada. Não se trata de um espelho fiel, mas de um espelho quebrado: ele reflete aspectos do real, porém de forma fragmentada, distorcida e hierarquizada. E, pior, ao ser incorporado em sistemas automatizados de larga escala, esse reflexo imperfeito ganha força normativa. O que antes era desigualdade social registrada passa a ser reproduzido como saída técnica plausível — com mais velocidade, mais alcance e menos contestação.

Não se trata de impressão anedótica. Estudo da UNESCO (2024) sobre viés de gênero em grandes modelos de linguagem verificou que mulheres são associadas a papéis domésticos com frequência até quatro vezes maior do que homens, além de vinculadas recorrentemente a termos como “casa”, “família” e “filhos”, enquanto nomes masculinos se conectam a “negócios”, “carreira” e “executivo”. Os exemplos de completamento automático tornam o fenômeno visível: diante de “O médico entrou na sala e...”, a probabilidade estatística direciona o modelo para o pronome “ele”; diante de “A enfermeira entrou na sala e...”, a tendência se desloca para “ela”. O preconceito não aparece necessariamente como enunciado explícito; muitas vezes, opera em silêncio, embutido na lógica de previsão. É o que Cathy O’Neil (2016) sintetiza ao definir os modelos algorítmicos como opiniões embutidas em matemática: a aparência de cálculo neutro esconde escolhas e visões de mundo.

Se os dados são uma fonte central de viés, eles não são a única. Há uma segunda camada, igualmente decisiva, que diz respeito a quem projeta, treina, testa e implementa essas ferramentas. Nenhuma tecnologia nasce no vazio: ela é produzida por grupos concretos, situados historicamente, com repertórios, sensibilidades e pontos cegos específicos. O setor de Inteligência Artificial convive com disparidades persistentes de gênero em suas equipes de Pesquisa e Desenvolvimento, e essa homogeneidade relativa não é apenas um problema de representatividade institucional; ela afeta diretamente o

produto final. Quando grupos com experiências sociais semelhantes concentram o poder de decisão técnica, certos problemas deixam de ser percebidos como problemas.

O estudo Gender Shades, de Joy Buolamwini e Timnit Gebru (2018), tornou-se emblemático nesse debate. Ao auditarem sistemas comerciais de classificação facial, as pesquisadoras demonstraram que as taxas de erro para mulheres negras chegavam a 34,7%, contra menos de 1% para homens brancos. A falha não decorria de má-fé deliberada, mas de bases de treinamento e protocolos de teste construídos sem diversidade — exatamente o tipo de ponto cego que equipes homogêneas tendem a não enxergar. Um desenvolvedor situado no Vale do Silício pode simplesmente não perceber que um gerador de imagens associa a expressão “mulher latina” a representações hipersexualizadas, porque tal efeito não atravessa sua experiência.

No Brasil, Tarcízio Silva (2022) descreve dinâmica análoga ao tratar do racismo algorítmico como microagressão automatizada: decisões aparentemente técnicas — seleção de dados, definição de métricas, categorias de classificação — carregam implicações sociais profundas. Ruha Benjamin (2019) dá nome a essa armadilha: o “New Jim Code”, a discriminação codificada sob a aparência de progresso técnico. Por isso, falar em viés “por design” não é exagero retórico. A arquitetura do viés se constitui, ao menos, em duas frentes complementares: de um lado, os datasets, que funcionam como arquivos estatísticos de desigualdades históricas; de outro, as equipes de desenvolvimento, cuja homogeneidade limita a capacidade crítica de antecipar impactos discriminatórios. E esse é, talvez, um dos pontos mais delicados do debate: quando o preconceito passa a operar como padrão técnico, ele deixa de parecer preconceito — passa a parecer apenas “funcionamento normal” da máquina.

2 Representatividade e gênero no audiovisual sintético

Compreendida a base estrutural do viés, torna-se possível avançar para sua manifestação mais visível: a representação. É no campo das imagens, dos

papéis sociais e dos enquadramentos narrativos que a lógica estatística se converte em experiência estética e efeito cultural. A IAG foi amplamente apresentada, em seu discurso de difusão, como uma espécie de “tela em branco” radicalmente democrática, na qual a imaginação humana finalmente operaria sem barreiras materiais significativas. Na prática, o que se tem observado está longe dessa neutralidade inaugural. Em vez de uma abertura irrestrita ao novo, muitos sistemas têm reproduzido padrões previsíveis de representação, ancorados em estereótipos de gênero já sedimentados na cultura visual contemporânea. É nesse contexto que proponho a expressão “reforço estereotípico automatizado”: um processo no qual a tecnologia, em vez de deslocar imaginários cristalizados, passa a reiterá-los em escala, com rapidez e aparente legitimidade técnica.

Antes de examinar as evidências, vale situar teoricamente o argumento. Teresa de Lauretis (1994) propôs que o gênero não é uma propriedade natural dos corpos, mas o produto de diversas “tecnologias de gênero” — entre elas, de modo privilegiado, o cinema —, que constroem, disciplinam e naturalizam as representações do feminino e do masculino. A hipótese que defendo é que a IAG constitui a mais recente e talvez a mais potente dessas tecnologias: ela não apenas representa o gênero; ela o produz, em escala industrial, a partir de probabilidades extraídas de um arquivo visual majoritariamente patriarcal.

Um dos sinais mais evidentes desse fenômeno aparece na representação de papéis de autoridade e prestígio. Em testes com ferramentas como DALL-E e Midjourney, solicitações relacionadas a posições de comando — “CEO”, “Diretor de Cinema”, “Líder Político” — tendem a produzir, de forma massiva, figuras masculinas. O padrão se repete com notável consistência, como se liderança, poder de decisão e visibilidade institucional continuassem sendo, no imaginário estatístico desses sistemas, atributos preferencialmente vinculados ao masculino.

O ponto mais inquietante é que essa tendência persiste mesmo em contextos nos quais a realidade social já apresenta mudanças significativas. O caso da medicina é elucidativo: em diversos países, mulheres já

representam mais da metade dos novos formandos, mas, ao se solicitar imagens para termos como “cirurgião”, geradores visuais retornam figuras masculinas em percentuais elevados — auditorias independentes e o próprio relatório da UNESCO (2024) registram taxas na casa dos 85% para profissões de prestígio. Há, portanto, uma defasagem entre transformação social e representação algorítmica: a máquina parece “demorar a aprender” a mudança — ou, pior, aprende seletivamente aquilo que confirma padrões antigos.

Instaura-se, assim, um ciclo de retroalimentação difícil de ignorar. A IA gera imagens que reafirmam o estereótipo; essas imagens passam a circular em grande volume em plataformas digitais, apresentações e bancos visuais; posteriormente, novos modelos são treinados em ambientes já saturados por esse material sintético. O resultado é um circuito fechado em que a representação enviesada deixa de ser apenas reflexo do passado e passa a ser também insumo ativo do futuro. O preconceito, nesse processo, não apenas persiste — ele se cristaliza.

Outro eixo crítico diz respeito à representação do corpo feminino nas imagens sintéticas. Em muitas ferramentas generativas, prompts neutros envolvendo mulheres acabam produzindo resultados marcados por sexualização, com roupas decotadas, poses de disponibilidade ou enquadramentos que reforçam uma estética de submissão. O que chama atenção não é apenas a recorrência desses elementos, mas o fato de surgirem mesmo quando não foram explicitamente solicitados pelo usuário.

Esse comportamento sugere que determinados sistemas internalizam, como padrão visual “provável”, convenções de representação historicamente associadas ao male gaze. Em seu ensaio clássico, Laura Mulvey (1975) demonstrou que o cinema hollywoodiano organizava o prazer visual a partir de uma assimetria estrutural: o homem como portador do olhar, a mulher como imagem a ser olhada — a condição que a autora nomeou *to-be-looked-at-ness*. Meio século depois, a análise ganha uma sobrevida inquietante: os geradores de imagem, treinados majoritariamente sobre o arquivo visual produzido sob esse regime, aprenderam estatisticamente o olhar masculino e

o devolvem como padrão de saída. Em vez de apenas reproduzir corpos, a IA tende a reproduzir regimes de olhar: quem é enquadrado, como é enquadrado e para qual tipo de consumo visual aquela imagem parece ser construída. O problema não está somente no conteúdo da imagem, mas na lógica de visibilidade que a organiza.

No campo da publicidade, essa dinâmica assume contornos ainda mais complexos. O uso da IA para criação de modelos virtuais tem intensificado pressões estéticas já presentes na cultura de consumo, agora com uma nova camada de legitimidade tecnológica. Observa-se o crescimento de influenciadoras digitais geradas por IA com proporções corporais inatingíveis, pele sem textura e juventude permanente — uma estética de perfeição artificial que reforça parâmetros de beleza profundamente excludentes. A dupla implicação merece atenção: de um lado, essas figuras sintéticas podem deslocar modelos humanas de espaços de trabalho e visibilidade; de outro, consolidam padrões opressivos que aparecem “validados” por uma suposta precisão algorítmica. Saímos de uma lógica de manipulação estética visível (retoques, filtros, edição) para uma lógica de fabricação integral do ideal corporal — e a régua sobe de tal forma que quase ninguém cabe nela.

Há ainda um terceiro aspecto, menos visível à primeira vista, mas extremamente significativo para quem produz imagens e narrativas com apoio de IA: a fricção criativa imposta pelos próprios sistemas. Diante de ferramentas que tendem a respostas estereotipadas, criadores e criadoras frequentemente se veem obrigados a realizar um trabalho de “engenharia de prompt” exaustivo para alcançar resultados minimamente diversos. Para gerar, por exemplo, a imagem de uma mulher indígena em posição de liderança tecnológica, o usuário precisa especificar minuciosamente contexto, postura, vestimenta, ambiente, expressão e até elementos que afastem leituras folclorizantes. É como remar contra a corrente: enquanto o criador tenta produzir uma representação contemporânea, plural e afirmativa, o algoritmo tende a empurrar a imagem para o exotismo visual ou para enquadramentos congelados no “tradicional”.

O exemplo não é casual: é nas intersecções que a fricção algorítmica se torna mais intensa. Como ensina Kimberlé Crenshaw (1989), as opressões de gênero e raça não operam isoladamente, mas de forma combinada e simultânea. No audiovisual sintético, a mulher indígena amazônica enfrenta, de uma só vez, o viés que masculiniza a liderança, o que exotiza seu território e o que folcloriza sua identidade — e, por isso, produzir sua imagem contemporânea exige um esforço de correção multiplicado.

Essa exigência de detalhamento adicional não é um simples inconveniente operacional. Ela configura uma desigualdade de esforço criativo: certas representações — sobretudo as alinhadas aos padrões hegemônicos — emergem com relativa facilidade; outras, especialmente as que desafiam estereótipos de gênero, raça e territorialidade, demandam insistência, refinamento técnico e sucessivas correções. É nesse sentido que se pode falar em uma forma de censura técnica: não a censura explícita da proibição direta, mas um mecanismo difuso e estrutural, pelo qual o sistema dificulta, por sua arquitetura de resposta, a emergência de determinadas imagens e narrativas. Quando a diversidade precisa ser arrancada “na unha” do algoritmo, enquanto o estereótipo vem pronto, há um problema de desenho que ultrapassa a usabilidade e alcança o campo político da representação.

O audiovisual sintético, longe de operar como território neutro de ampliação imaginativa, tem revelado continuidades expressivas com regimes visuais excludentes já conhecidos. A masculinização de posições de liderança, a hipersexualização de corpos femininos e a fricção adicional imposta à criação de imagens contra-hegemônicas indicam que o problema não está apenas no resultado final da geração, mas nas probabilidades que organizam o caminho até ele. Quando o estereótipo se torna a rota mais fácil da máquina, a inovação tecnológica corre o risco de funcionar, no fundo, como velho preconceito em nova embalagem.

3 Caminhos para uma IA inclusiva

Se as seções anteriores evidenciam a densidade dos problemas, a crítica, por si só, não basta. Seria um erro analítico — e também político — tratar a Inteligência Artificial como um destino fechado, imune à intervenção humana. A IA, em si, não é uma sentença; é uma ferramenta. E ferramentas podem reproduzir estruturas de poder, mas também podem ser apropriadas, tensionadas e ressignificadas. Defendo, a seguir, três frentes complementares de ação, ao alcance de quem cria, pesquisa e produz audiovisual hoje.

No campo da criação audiovisual, a IA pode desempenhar papel relevante como ferramenta de auditoria de viés — um uso particularmente interessante porque desloca o foco da geração automática de conteúdo para uma função crítica de leitura e diagnóstico. Já existem aplicações capazes de analisar roteiros completos em poucos segundos e apontar disparidades de representação: quantas falas são atribuídas a personagens femininas? Qual a proporção de tempo narrativo destinado a elas? Essas personagens interagem entre si de maneira substantiva, ou aparecem apenas em função de personagens masculinos? Torna-se possível verificar, de forma rápida, até mesmo critérios clássicos como o Teste de Bechdel — se há ao menos duas mulheres que conversam entre si sobre algo que não seja um homem.

O ponto relevante não é transformar métricas em garantia automática de qualidade narrativa: uma obra não se torna plural apenas porque “cumpre indicadores”. Ainda assim, essas ferramentas funcionam como espelho crítico, oferecendo aos criadores uma leitura preliminar de seus próprios padrões de escrita. Parte dos vieses presentes nas narrativas não decorre de intenção explícita, mas de hábitos culturais internalizados e automatismos de composição. Nesse sentido, a “autoria assistida” não precisa ser compreendida como ameaça à criatividade, mas como possibilidade de refinamento ético e estético do processo autoral: em vez de piloto automático, a IA convocada como instrumento de revisão crítica.

A segunda frente ataca a raiz do problema diagnosticado na seção 1: se o viés nasce de arquivos desiguais, parte da resposta está na pluralização

ética das bases de dados — a construção de bancos de imagens, sons e narrativas mais diversos, com consentimento informado, curadoria participativa e protagonismo dos grupos representados, sobretudo das mulheres e das populações cujos corpos a máquina aprendeu a estereotipar. Territórios historicamente sub-representados, como a Amazônia em que vivo e trabalho, ilustram com nitidez tanto o déficit — modelos que só sabem exotizar — quanto a potência dessa agenda; seu desenvolvimento, porém, extrapola os limites deste artigo e merece tratamento próprio em trabalho futuro.

A terceira frente não depende do Estado nem das empresas: é a ética de uso, especialmente sensível no campo acadêmico e na produção audiovisual, porque envolve autoria, credibilidade e responsabilidade pública. Nesse âmbito, a transparência deve ser tratada como regra, e não como gesto opcional: o uso de Inteligência Artificial Generativa precisa ser declarado. Se um artigo, roteiro, imagem ou peça audiovisual foi produzido com auxílio de sistemas generativos, o público tem o direito de saber. Esse princípio não busca demonizar a tecnologia nem desqualificar o trabalho de quem a utiliza; procura estabelecer um pacto mínimo de clareza sobre processos de produção, mediações técnicas e condições de autoria — princípio, aliás, alinhado à Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial da UNESCO (2021), que situa a transparência e a igualdade de gênero como eixos centrais, e não acessórios, da governança tecnológica. A omissão dessa informação tende a produzir zonas cinzentas que fragilizam a confiança pública. Antes mesmo de grandes consensos regulatórios, há um compromisso básico que pode — e deve — ser assumido por pesquisadores, roteiristas, produtoras e criadores em geral: não ocultar a mediação da máquina quando ela participa significativamente do processo. A honestidade intelectual é o princípio estruturante para a convivência social com a síntese algorítmica.

4 Conclusão: entre a potência técnica e a responsabilidade histórica

Ao longo deste artigo, sustentei que a ascensão da Inteligência Artificial Generativa no audiovisual não pode ser compreendida apenas como inovação de ferramentas: o que está em curso é uma transformação que desloca o próprio paradigma da imagem, da lógica da captura para a lógica da síntese, reabrindo questões antigas de representação, desigualdade e poder sob novas condições técnicas. Os vieses de gênero observados no audiovisual sintético não surgem como erro isolado ou desvio ocasional. Eles são produzidos por uma arquitetura sociotécnica que combina datasets historicamente marcados por assimetrias e equipes de desenvolvimento atravessadas por desigualdades de participação (BENDER et al., 2021; BUOLAMWINI; GEBRU, 2018). A máquina aprende padrões de um mundo desigual e os devolve sob a forma de probabilidade, automação e escala. O problema não é apenas que a IA “repete” preconceitos; é que ela pode naturalizá-los como funcionamento regular, esvaziando sua dimensão política e tornando-os mais difíceis de identificar.

No campo da representação, os efeitos tornam-se particularmente visíveis: a predominância de figuras masculinas em posições de liderança, a hipersexualização recorrente de corpos femininos e a dificuldade adicional para produzir imagens contra-hegemônicas revelam que a promessa da “tela em branco” esbarra, na prática, em trilhas preferenciais de geração. A imaginação mediada por IA não parte de um ponto zero; parte de um terreno inclinado. E esse terreno tem genealogia conhecida: é o male gaze descrito por Mulvey (1975) reencarnado em pesos estatísticos, a tecnologia de gênero analisada por De Lauretis (1994) operando agora em infraestrutura computacional.

Ainda assim, seria insuficiente encerrar a discussão em tom exclusivamente diagnóstico. Um dos eixos centrais deste artigo foi sustentar que a IA não constitui um destino inevitável, mas um campo em disputa. A auditoria de viés como autoria assistida, a pluralização ética das bases de dados e a transparência como princípio de uso são caminhos concretos, já

disponíveis, para que a crítica se articule à proposição. Nenhum deles dispensa a vigilância permanente; todos, porém, demonstram que há frestas reais para a construção de alternativas.

A questão central não é se a IA generativa fará parte do futuro do audiovisual — isso já está em curso. A questão decisiva é outra: sob quais valores, com quais controles e a serviço de quais imaginários essa presença será consolidada. Entre a potência técnica e a responsabilidade histórica, defendo que a escolha não deve ser adiada. Porque, no fim das contas, toda tecnologia que produz imagens também produz mundo. E o mundo que se automatiza hoje é, em parte, o mundo que teremos dificuldade de desfazer amanhã.

Referências

- BENDER, Emily M.; GEBRU, Timnit; McMILLAN-MAJOR, Angelina; SHMITCHELL, Shmargaret. On the dangers of stochastic parrots: can language models be too big? In: ACM CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY (FAccT '21), 2021, Nova York. *Proceedings*. Nova York: ACM, 2021. p. 610-623.
- BENJAMIN, Ruha. *Race after technology: abolitionist tools for the New Jim Code*. Cambridge: Polity, 2019.
- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 77-91, 2018.
- CRAWFORD, Kate. *Atlas of AI: power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. New Haven: Yale University Press, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-18, 1975.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression*: how search engines reinforce racism. Nova York: NYU Press, 2018.

O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction*: how big data increases inequality and threatens democracy. Nova York: Crown, 2016.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico*: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

UNESCO. *Recomendação sobre a ética da inteligência artificial*. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. *Challenging systematic prejudices*: an investigation into bias against women and girls in large language models. Paris: UNESCO; IRCAI, 2024.

NOTA SOBRE TRANSPARÊNCIA E USO DE IA

Este artigo foi produzido com o suporte de Inteligência Artificial Generativa, em conformidade com o princípio de transparência defendido no próprio texto. A IAG foi utilizada como apoio à revisão estrutural, à verificação de coerência argumentativa e à organização das referências. A formulação das teses, a posição defendida e a supervisão crítica de todo o conteúdo permaneceram integralmente humanas.

Recebido em abril de 2026.
Aprovado em junho de 2026.